

A TEORIA TRIPARTITE E O DESEQUILÍBRIOS ENTRE OS PODERES: REFLEXÕES SOBRE A DESCARACTERIZAÇÃO DA GOVERNABILIDADE NO BRASIL ATUAL

Nayara M. Almeida Gonçalves, Roberto de Almeida Luquini, Giovanna da Silva Alves, Isabela Luiza da Silva

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Categoria: Pesquisa

Introdução

A separação dos poderes é um dos pilares do Estado Democrático de Direito por ser um mecanismo de defesa da democracia. Porém, o cenário político brasileiro evidencia que a teoria tripartite tem se afastado de seu propósito original devido a crescente tensão entre os poderes da República, marcada por disputas de competências, judicialização política e fragilização da governabilidade. Por isso, é importante refletir sobre até que ponto o conflito e o desequilíbrio entre os Três Poderes comprometem a governabilidade no sistema presidencialista.

Resultados e/ou Ações Desenvolvidas

Partindo de um resgate histórico e filosófico da separação dos poderes, percebe-se que ela vai além de uma simples divisão, pressupondo uma relação de controle mútuo e cooperação entre os poderes, mas que tem perdido sua força normativa e simbólica devido ao enfraquecimento do presidencialismo de coalizão. Por consequência, observa-se uma reconfiguração silenciosa do sistema de governo, prevalecendo, na prática, a lógica do controle parlamentar, sem qualquer previsão formal para esse regime. Enquanto isso, o Judiciário, ao agir como guardião da Constituição e assumir o protagonismo na resolução de impasses políticos e sociais, é acusado de ativismo judicial.

Objetivos

O presente trabalho propõe-se a analisar o sistema de freios e contrapesos a partir do desequilíbrio entre Executivo, Legislativo e Judiciário e seus impactos no sistema de governo vigente no país. Busca-se investigar como uma estrutura fundada em princípios democráticos tem funcionado de forma disfuncional e instável, sendo instrumento de confronto ao invés de cooperação. Além disso, será analisado se o atual presidencialismo de coalizão desequilibra o sistema a ponto de se tornar um parlamentarismo disfarçado.

Conclusões

Constatou-se que o país enfrenta uma severa instabilidade nas relações entre os poderes, já que as instituições funcionam em discordância com os ideais que as fundaram. Os recorrentes conflitos institucionais geram um ambiente de instabilidade que compromete a governabilidade. Portanto, é preciso retomar a confiança mútua entre as esferas, levando-as a se adaptarem às transformações políticas e sociais, mas sem comprometer seus fundamentos. Logo, a teoria tripartite precisa ser fortalecida não só como fórmula jurídica, mas como um pacto político, ético e de convivência democrática entre os poderes.

Material e Métodos ou Metodologia

Como metodologia, foi realizada a revisão bibliográfica sobre a temática a partir de livros e artigos, além da análise de pautas do Congresso brasileiro, emendas, decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e eventos políticos que impactaram o cenário social da última década.

Bibliografia

- [1] ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.
- [2] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 79 - 83
- [3] LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. Introdução de J. W. Gough. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 2001.
- [4] MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 39 ed. São Paulo: Atlas, 2023. p. 437 - 438.
- [5] MORAES FILHO, José Filomeno de. **A separação de poderes no Brasil**. Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 37-45, 2000.

Apoio Financeiro